



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570609 - RJ (2020/0079771-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DIOGO LEO MACRUZ CORREA
ADVOGADO : DIOGO LÉO MACRUZ CORRÊA - RJ195750
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : NILO VIEIRA DOS SANTOS (PRESO)
CORRÉU : RENATO SANT'ANA (PRESO)
CORRÉU : JORGE LUZ DOS SANTOS
CORRÉU : ELVIRA MARIA DOS SANTOS
CORRÉU : GILBERTO RODRIGUES DA SILVA
CORRÉU : LIVIA BELIENE SILVEIRA
CORRÉU : ADRIANA FERREIRA DA CONCEICAO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus substitutivo de recurso, com pedido de liminar, impetrado em benefício de WANDERLEY VIANA SANTOS contra decisão de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que indeferiu pedido liminar no HC n. 2055856-17.2020.8.26.0000.

No presente *mandamus*, o impetrante alega que o paciente é idoso com 66 anos, problemas respiratórios e condenado por crime praticado sem violência, devendo ser observada a Recomendação n. 62/2020 do CNJ com a superação do enunciado n. 691/STF e concessão da prisão domiciliar ao paciente.

Requer, em liminar e no mérito, "a concessão da prisão domiciliar e expedição do alvará de soltura" (fl. 14).

É o relatório.

Decido.

A jurisprudência desta Corte Superior, aplicando por analogia o enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, firmou-se no sentido de não conhecer de *mandamus* impetrado contra decisão indeferitória de liminar na origem, excetuados os casos nos quais, de plano, é possível identificar flagrante ilegalidade ou teratologia do referido *decisum*.

Nesse sentido, destaco o seguinte precedente:

**"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS.
PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE.AUSÊNCIA DE**

OFENSA. DECISÃO PROFERIDA COM OBSERVÂNCIA DO RISTJ E DO CPC. ATO COATOR: DECISÃO SINGULAR DE DESEMBARGADOR DA INSTÂNCIA DE ORIGEM. INDEFERIMENTO DA LIMINAR. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA OU ILEGALIDADE MANIFESTA QUE AUTORIZE A RELATIVIZAÇÃO DA DIRETRIZ DA SÚMULA 691 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A prolação de decisão monocrática pelo ministro relator, ou mesmo pela Presidência no período de férias forenses, está autorizada não apenas pelo RISTJ, mas também pelo CPC. Nada obstante, como é cediço, os temas decididos monocraticamente sempre poderão ser levados ao colegiado, por meio do controle recursal, o qual foi efetivamente utilizado no caso dos autos, com a interposição do presente agravo regimental.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, na esteira da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, entende que não cabe habeas corpus contra decisão que indefere liminar na origem.

3. Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado (HC n. 318.415/SP, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 4/8/15, DJe 12/8/15).

4. No caso destes autos, não há ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia a autorizar a superação do obstáculo contido na Súmula 691/STF.

5. Agravo regimental não provido." (AgRg no HC 556.937/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 02/03/2020)

Na hipótese não vislumbro a possibilidade de superação do mencionado enunciado sumular. Note-se que o indeferimento da tutela de urgência pautou-se em fundamentação idônea, tendo o relator asseverado:

"No caso em apreço, os argumentos veiculados pelo impetrante, não passam de meras alegações abstratas, não tendo apresentado qualquer prova pré-constituída, em concreto, de que o paciente apresente algum sintoma de ter sido infectado pelo Covid-19, ou que esteja na eminência de o sê-lo, de molde a não poder receber tratamento emergencial pelo sistema público de saúde do Estado.

Destarte, não obstante a alegada pandemia do novo coronavírus, é público e notório que, as autoridades públicas, nestas incluídas as médicas e sanitárias, vêm avaliando diuturnamente a situação e adotando as medidas que entendem necessárias, sendo oportuno frisar que, o ora paciente integra expressivo contingente carcerário, no qual muitos presos se encontram em condições similares, inexistindo qualquer elemento de convicção ou indícios,

que indiquem deva o mesmo receber tratamento diferenciado.

Ajunte-se ser de conhecimento geral, que inúmeras são as pessoas que se vem forçadas a viver aglomeradas, em locais que sequer possuem as mínimas condições de habitabilidade, sem saneamento básico e água potável, sem salubridade e higiene, face às contingências sócio-econômicas e financeiras, sendo que muitas delas estão no mesmo “grupo de risco” do paciente ou em outro. Tais são os moradores das “favelas”, de rua, de abrigos, e etc. (...)

A propósito, ad ilustrandum, consoante os mais recentes dados estatísticos veiculados pelos meios de comunicação, Jornal Bandnews da Noite, de 26.03.2020, nos E.U.A das pessoas infectadas pelo coronavírus 40% tem entre 20 e 54 anos de idade; na Espanha 32 % tem entre 10 e 59 anos de idade; na Alemanha 26% tem entre 15 e 34 anos de idade, e, 51 % tem entre 35 e 59 anos. Já no Brasil, não há dados estatísticos até o presente momento, por faixa etária.

Assim, conclui-se que, todas as pessoas independentemente da faixa etária e do estado de saúde, estão sujeitas ao risco de serem contaminadas pelo coronavírus.

Em tal conjuntura, vislumbra-se necessária, para uma justa e prudente análise dos fatos, a vinda das informações do Magistrado primevo, oportunidade em que será examinada, ainda, a conveniência e efetividade de medidas cautelares, previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei nº 12.403/2011.

Desta forma, ante todo o contexto apresentado nos autos, não há, a priori, no caso concreto, a demonstração efetiva de extrema excepcionalidade, a viabilizar a concessão do pedido de liminar requerido, que possui natureza satisfativa, devendo a matéria ser levada à apreciação do órgão colegiado que couber por distribuição.

Pelo exposto, INDEFIRO, por ora, A LIMINAR PLEITEADA ante a inexistência dos requisitos legais (fumus boni iuris e periculum in mora).

Façam-se as anotações/comunicações necessárias, encaminhando-se, após, à livre distribuição, para uma das Câmaras Criminais" (fls. 95/96)

Assim, de acordo com a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a fim de evitar indevida supressão de instância, impossível o conhecimento da questão por esta Corte.

Por tais razões, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator